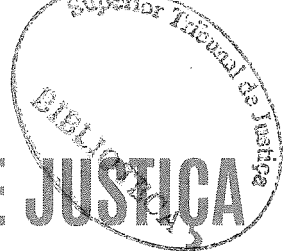


MARCELO NAVARRO RIBEIRO DANTAS  
organizador



# INOVAÇÕES NO SISTEMA DE JUSTIÇA

Meios alternativos de resolução de conflitos,  
justiça multiportas e iniciativas para a redução  
da litigiosidade

estudos em homenagem a

**MÚCIO VILAR  
RIBEIRO DANTAS**

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS  
TRIBUNAIS™**

347.918(81)  
1581

INOVAÇÕES NO SISTEMA DE JUSTIÇA  
Meios alternativos de resolução de conflitos e sistema de justiça  
multiportas – estudos em homenagem a Múcio Vilar Ribeiro Dantas

Marcelo Navarro Ribeiro Dantas

Organizador

© desta edição [2022]

**THOMSON REUTERS BRASIL CONTEÚDO E TECNOLOGIA LTDA.**

JULIANA MAYUMI ONO  
Diretora Responsável

Av. Dr. Cardoso de Melo, 1855 – 13º andar – Vila Olímpia  
CEP 04548-005, São Paulo, SP, Brasil

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

Os autores gozam da mais ampla liberdade de opinião e de crítica, cabendo-lhes a responsabilidade das ideias e dos conceitos emitidos em seus trabalhos.

CENTRAL DE RELACIONAMENTO THOMSON REUTERS SELO REVISTA DOS TRIBUNAIS  
(atendimento, em dias úteis, das 09h às 18h)

Tel. 0800-702-2433

e-mail de atendimento ao consumidor: [sacr@thomsonreuters.com](mailto:sacr@thomsonreuters.com)

e-mail para submissão dos originais: [aval.livro@thomsonreuters.com](mailto:aval.livro@thomsonreuters.com)

Conheça mais sobre Thomson Reuters: [www.thomsonreuters.com.br](http://www.thomsonreuters.com.br)

Acesse o nosso eComm

[www.livrariart.com.br](http://www.livrariart.com.br)

Impresso no Brasil [11-2021]

Profissional

Fechamento desta edição [27.09.2021]



ISBN 978-65-5614-541-9

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA BIBLIOTECA M. OSCAR SARAIVA	
Nº	DATA
1208392	18/04/22

1208392

VIII. Homenagem – Múcio Vilar Ribeiro Dantas .....	635
IX. Considerações Finais.....	636
X. Referências bibliográficas .....	636
Legislação.....	638

#### PARTE V

### PENSAMENTO JURÍDICO, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

<b>32. RESOLUÇÃO DE DISPUTAS ON-LINE (ODR) E DESJUDICIALIZAÇÃO ....</b>	<b>641</b>
RICARDO VILLAS BÓAS CUEVA	
1. Introdução.....	641
2. Meios alternativos ou adequados de resolução de disputas (ADR) .....	642
3. Meios de resolução de disputas <i>on-line</i> (ODR).....	643
4. Experiência nos Estados Unidos.....	645
5. Experiência na União Europeia .....	646
6. Experiência no Reino Unido.....	647
7. Experiência no Brasil.....	648
8. Reclamação <i>on-line</i> como requisito para configurar o interesse de agir? ....	651
9. Considerações finais.....	652
Bibliografia.....	653
<b>33. INTEGRAÇÃO DOS MEIOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS ON-LINE (ODR) AOS SISTEMAS DE JUSTIÇA.....</b>	<b>655</b>
RICARDO VILLAS BÓAS CUEVA	
1. Introdução.....	655
2. Meios alternativos ou adequados de resolução de disputas (ADRs).....	656
3. Meios de resolução de disputas <i>on-line</i> (ODRs).....	657
4. Diretrizes éticas para o desenvolvimento da inteligência artificial (IA) .....	662
5. Considerações finais.....	664
<b>34. A DECISÃO JUDICIAL NO SISTEMA JUSPOSITIVISTA.....</b>	<b>665</b>
NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO	
1. Premissas funcionais do positivismo jurídico.....	665
2. As decisões judiciais no sistema positivista .....	670
3. A exegese repetitiva no ambiente positivista.....	675
Bibliografia.....	684
<b>35. DIREITOS FUNDAMENTAIS E POSIÇÕES MORALMENTE CORRETAS: ANATOMIA DE UMA COMPATIBILIDADE A PARTIR DE LUIGI FERRA- JOLI .....</b>	<b>685</b>
NEY DE BARROS BELLO FILHO	
1. Apresentação .....	685

2.	Introdução: o acordo semântico necessário .....	686
3.	Direitos Fundamentais na Concepção de Ferrajoli .....	687
3.1.	Espécies de direitos fundamentais .....	689
3.2.	Teses de direitos fundamentais .....	691
3.2.1.	Direitos fundamentais e direitos patrimoniais: diferenciações na ótica de Ferrajoli .....	692
3.2.2.	Direitos fundamentais como expressão da democracia.....	694
3.2.3.	Direitos fundamentais como categoria internacional .....	695
3.2.4.	Direitos fundamentais e garantias de direitos fundamentais....	696
4.	A hipertrofia dos direitos Fundamentais: da impossibilidade do pluralismo no paradigma teórico de Luigi Ferrajoli.....	699
5.	Conclusões .....	706
6.	Bibliografia .....	706
<b>36.</b>	<b>DEMOCRACIA REPRESENTATIVA SOB A PERSPECTIVA DA IGUALDADE DE GÊNERO: UM AVANÇO CIVILIZATÓRIO.....</b>	<b>709</b>
	LUCIANA LÖSSIO	
1.	Introdução.....	709
2.	Atual representação feminina nos cargos eletivos brasileiros.....	710
3.	Os incentivos legais à participação feminina na política brasileira.....	715
4.	Decisões judiciais relevantes: evolução jurisprudencial no âmbito do Tribunal Superior Eleitoral e do Supremo Tribunal Federal.....	719
5.	O papel dos partidos políticos na questão de gênero.....	723
6.	Conclusão .....	724
	Referências.....	725
<b>37.</b>	<b>O SISTEMA MULTIORTAS E A INTELIGÊNCIA JUDICIAL .....</b>	<b>727</b>
	MARCO BRUNO MIRANDA CLEMENTINO	
1.	Introdução.....	727
2.	Centros judiciais de inteligência e sistema multiportas .....	728
3.	Segurança jurídica e inteligência judicial.....	731
4.	Natureza e objeto da inteligência judicial .....	733
5.	Instrumentos jurídicos da inteligência judicial.....	736
6.	Princípios da inteligência judicial.....	738
6.1.	Princípio da preservação da competência jurisdicional .....	739
6.2.	Princípio da jurisdição em rede .....	739
6.3.	Princípio da horizontalidade .....	740
6.4.	Princípio do diálogo entre instâncias.....	740
6.5.	Princípio da cooperação .....	740
6.6.	Princípio da governança judicial compartilhada.....	741
6.7.	Princípio da informalidade e da flexibilidade .....	741

## 26 | INOVAÇÕES NO SISTEMA DE JUSTIÇA

6.8. Princípio da inovação .....	742
6.9. Princípio da prevenção .....	742
6.10. Princípios da segurança jurídica e da isonomia.....	742
7. Conclusão .....	742
8. Referências bibliográficas .....	743
<b>38. UM OLHAR SOBRE VICTOR, A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL .....</b>	<b>745</b>
DANIEL BECKER E ISABELA FERRARI	
1. Introdução.....	745
2. Como funciona o sistema VICTOR? .....	746
3. O Sistema VICTOR.....	748
4. Pontos fortes.....	750
5. Pontos de atenção.....	751
6. Conclusão: Podemos confiar em VICTOR? .....	753
7. Referências bibliográficas .....	754
<b>39. ACESSO À JUSTIÇA, PROCESSO ELETRÔNICO E A EXPERIÊNCIA DO JUÍZO 100% DIGITAL .....</b>	<b>757</b>
JOÃO BATISTA RODRIGUES REBOUÇAS E RODRIGO COSTA RODRIGUES LEITE	
1. Introdução: a homenagem ao Professor Múcio Vilar Ribeiro Dantas .....	757
2. O Processo Judicial Eletrônico: conceito, evolução histórica e expansão. O Processo Judicial Eletrônico como mecanismo facilitador do acesso à Justiça. Alguns aspectos positivos e negativos da virtualização processual .....	758
3. A Revolução 4.0, o direito de acesso à justiça e a implantação do Juízo 100% Digital.....	763
4. Juízo 100% Digital: conceito, origem, implantação e expansão. O Juízo 100% Digital no contexto da informatização do Poder Judiciário, da Implementação do Programa Justiça 4.0 e da Pandemia da Covid-19 .....	767
5. Considerações finais.....	771
6. Referências bibliográficas .....	772
<b>40. “JUSTIÇA 4.0” E OS DESAFIOS ATUAIS DO SISTEMA DE JUSTIÇA .....</b>	<b>775</b>
NEWTON PEREIRA RAMOS NETO E GABRIEL RIBEIRO GONÇALVES RAMOS	
1. Introdução.....	775
2. Os impactos do trabalho remoto no Poder Judiciário .....	777
3. A inteligência artificial no Poder Judiciário contemporâneo .....	781
4. Conclusões.....	786
5. Referências .....	787
<b>41. JUSTIÇA MULTIPORTAS E AS OPORTUNIDADES DO DIREITO DIGITAL ...</b>	<b>789</b>
GUILHERME AMORIM CAMPOS DA SILVA	
1. Introdução.....	789

1.1.	A Estruturação do Poder Judiciário brasileiro.....	789
1.2.	Acolaboração de agências multilaterais: BIRD e sua influência através do Documento Técnico nº 319 .....	791
1.3.	O sistema multiportas como solução para a descentralização do judiciário .....	792
2.	Sistema Multiportas.....	793
2.1.	Conceito por Frank Ernest Sander – “ <i>The Pound Conference</i> ” .....	793
2.2.	Brasil e o Sistema Multiportas .....	795
2.2.1.	Das inovações Legislativas.....	795
2.2.2.	Aplicabilidade do Sistema Multiportas (dos modelos heterocompositivos e autocompositivos).....	798
2.2.3.	Efeitos e indicadores na prática (Justiça em Números) .....	799
3.	Direito Digital – uma nova “Porta” a ser considerada .....	801
3.1.	Direito Digital e seu papel em tempos modernos .....	801
3.2.	Soluções que o Direito Digital pode trazer ao Sistema Judiciário Brasileiro .....	802
4.	Conclusão .....	803
	Referências.....	804
<b>42.</b>	<b>O PROCESSO CIVIL E A LÓGICA ALGORÍTMICA.....</b>	<b>807</b>
	CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA	
1.	Considerações iniciais .....	807
2.	Litigiosidade e conflitos na sociedade complexa da atualidade.....	809
3.	O processo como relação jurídica processual e a desumanização dos algoritmos .....	812
4.	Princípio da flexibilização procedimental como desafio à inteligência artificial .....	815
5.	Da razão algorítmica à razão dialógica na leitura de petições iniciais e condução de processos .....	817
6.	Considerações finais.....	819
7.	Referências .....	820
<b>43.</b>	<b>LIMITES DA INTERPRETAÇÃO JURÍDICA E O DIREITO QUE QUEREMOS TER.....</b>	<b>823</b>
	BIANOR ARRUDA BEZERRA NETO	
1.	Introdução.....	823
2.	O ato de interpretar e o objeto da interpretação .....	824
3.	Os limites da interpretação e o seu resultado .....	826
4.	O resultado da interpretação é previsível? .....	827
5.	A hermenêutica .....	829
6.	A hermenêutica jurídica .....	832

7. Considerações finais.....	834
Bibliografia.....	836

**PARTE VI**  
**MEIOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE**  
**CONFLITOS E A BUSCA POR EFICIÊNCIA NO DIREITO**  
**ADMINISTRATIVO E NO PODER JUDICIÁRIO**

<b>44. A FASE DE SANEAMENTO COMO DIRETRIZ PARA A TEORIA DA NULDADE NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS (LEI Nº 14.133/2021).....</b>	<b>839</b>
WALBER DE MOURA AGRA	
1. Um legado que ultrapassa gerações .....	839
2. A necessidade de uma releitura da teoria da nulidade no direito administrativo.....	840
3. A teoria da nulidade clássica do direito administrativo como esteio densificador do formalismo jurídico .....	844
4. A fase de saneamento como nova diretriz na Lei nº 14.133/2021 .....	847
5. Conclusão .....	852
6. Referências .....	852
<b>45. MEDIAÇÕES E CONCILIAÇÕES NO STF .....</b>	<b>855</b>
SAUL TOURINHO LEAL	
Introdução .....	855
1. O Centro de Mediação e Conciliação .....	857
2. A matriz teórica de Hans Kelsen e a experiência sul-africana do “engajamento significativo”: aportes teóricos e práticos para as conciliações.....	859
3. Conciliações no âmbito dos conflitos federativos como forma de resgatar nos entes subnacionais o dever de lealdade federativa .....	864
4. Conciliações como forma alternativa exercida pela jurisdição constitucional para mediar conflitos envolvendo os povos indígenas .....	869
5. Audiências em ações do controle concentrado de constitucionalidade.....	870
6. Fluxo migratório .....	874
7. Água .....	874
8. Entidades sindicais.....	875
9. A paixão nacional: o futebol .....	876
10. Racismo e memória .....	877
11. Questões remanescentes.....	878
Conclusão .....	878
Referências bibliográficas.....	879

<b>46. TRANSAÇÃO ADMINISTRATIVA COMO MEIO ADEQUADO PARA A SOLUÇÃO DE CONFLITOS NOS TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL .....</b>	<b>881</b>
VINÍCIUS ARAÚJO DA SILVA	
1. Apresentação .....	881
2. Meios adequados de solução de conflitos como forma de conferir efetividade às decisões dos tribunais de contas .....	883
3. Transação administrativa .....	889
4. Procedimento .....	897
5. Criação de centro de conciliação .....	898
Referências bibliográficas .....	899
Anexo I – Anteprojeto de lei para a realização da transação administrativa no âmbito do tribunal de contas do estado do Rio Grande do Norte .....	900
<b>47. NOVOS PARADIGMAS DO DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL APLICADOS À RESOLUÇÃO CONSENSUAL DE CONFLITOS NOS TRIBUNAIS DE CONTAS .....</b>	<b>905</b>
EDUARDO SOUSA DANTAS	
1. Primeiras Palavras .....	905
2. Os princípios da supremacia e da indisponibilidade do interesse público e a resolução consensual de conflitos administrativos: um conflito inconciliável? .....	907
3. Da legalidade estrita à consensualidade .....	915
4. A resolução consensual de conflitos administrativos nos Tribunais de Contas: Termos de Ajustamento de Gestão e transações administrativas... ..	923
Conclusão .....	927
Referências bibliográficas .....	928
<b>48. MEDIAÇÃO COMUNITÁRIA E PRÁTICAS RESTAURATIVAS NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO – CUMPRIMENTO EFETIVO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DO CIDADÃO .....</b>	<b>931</b>
LUANA PEDROSA DE FIGUEIREDO CRUZ E DIÓGENES WAGNER S. E. DE OLIVEIRA	
1. Introdução .....	931
2. A mediação comunitária e o direito multiportas na Polícia Militar do Estado de São Paulo .....	935
3. NUMEC e CEJUSC na Polícia Militar do Estado de São Paulo .....	939
4. As práticas restaurativas .....	941
5. Pacificação social e a reestruturação da lógica de convivência: entendendo a segurança pública e o poder judiciário sob o prisma da justiça restaurativa .....	944
6. O policiamento comunitário na Polícia Militar do Estado de São Paulo em convergência com a cultura da pacificação social e dialógica .....	946



7. O Programa de Vizinhança Solidária como prática preventiva da quebra da ordem pública.....	947
Conclusão.....	950
Referências bibliográficas.....	952

#### PARTE VII

### MEIOS (E) ALTERNATIVAS PARA A RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NO DIREITO TRIBUTÁRIO

<b>49. DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA O USO DA ARBITRAGEM NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS TRIBUTÁRIOS.....</b>	<b>959</b>
ANDRÉ LUIZ FONSECA FERNANDES	
1. Introdução.....	959
2. A feição mais ampla do art. 5º, inciso XXXV, da CF/88.....	960
2.1. A feição mais ampla do art. 5º, inciso XXXV, da CF/88 e os marcos normativos de sua consolidação.....	962
3. A ideia – ou mito – da indisponibilidade do crédito tributário.....	964
4. A inexistência de renúncia de receita na arbitragem tributária.....	966
5. O crescente apoio doutrinário e o ambiente institucional favorável à arbitragem tributária.....	966
6. Os Projetos de Lei nºs 4.257/2019 e 4.468/2020.....	972
7. A questão atual mais relevante da arbitragem tributária.....	974
8. Conclusões.....	975
9. Referências bibliográficas.....	976
<b>50. MEIOS EXTRAPROCESSUAIS DE COBRANÇA DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA.....</b>	<b>979</b>
FLÁVIA SOUSA DANTAS PINTO	
1. Introdução.....	979
2. Perfil da dívida ativa da união, de seus devedores e sua evolução.....	982
2.1. A evolução da dívida ativa da União.....	983
2.2. O comportamento da arrecadação mediante a utilização de métodos alternativos comparados à execução forçada.....	984
2.3. Quanto ao perfil dos devedores.....	987
3. Métodos alternativos de cobrança de créditos tributários.....	988
4. Considerações finais.....	1002
5. Referências bibliográficas.....	1003
<b>51. TRANSAÇÃO EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA: UM ESTUDO SOBRE A LEI 13.988/2020.....</b>	<b>1007</b>
TARSILA RIBEIRO MARQUES FERNANDES	
Introdução.....	1007

1.	Contexto anterior à Lei 13.988/2020 e à Medida Provisória 899/2019.....	1008
1.1.	A transação no Código Tributário Nacional e as discussões a respeito de sua possibilidade no âmbito tributário .....	1008
1.2.	A realidade da cobrança do crédito público antes da instituição de um modelo de transação tributária .....	1012
2.	Do modelo de transação tributária previsto na Lei 13.988/2020 .....	1014
2.1.	Regras gerais: origem, âmbito de aplicação e vedações .....	1014
2.2.	Dos modelos de transação previstos na Lei e em Portarias da PGFN ....	1016
2.2.1.	Da Transação na cobrança de créditos inscritos na Dívida Ativa .....	1016
2.2.2.	Da Transação no contencioso tributário de relevante e disseminada controvérsia jurídica.....	1018
2.2.3.	Da Transação no contencioso tributário de pequeno valor ...	1019
2.2.4.	Da Transação extraordinária .....	1021
2.2.5.	Da Transação excepcional.....	1022
3.	Considerações finais.....	1023
	Referências bibliográficas.....	1024

## PARTE VIII

### MODERNIZAÇÃO DAS RELAÇÕES ECONÔMICAS, SOCIAIS, TRABALHISTAS E AMBIENTAIS

<b>52.</b>	<b>A RESPONSABILIDADE SOBRE O MEIO AMBIENTE DO TRABALHO NO LABOR À DISTÂNCIA.....</b>	<b>1029</b>
	<b>GUILHERME AUGUSTO CAPUTO BASTOS</b>	
1.	Introdução.....	1029
2.	Trabalho à distância. Conceito.....	1030
3.	Meio ambiente do trabalho. Conceito e caracterização .....	1031
4.	O princípio da prevenção e o trabalho à distância .....	1032
5.	Monitoramento do ambiente de trabalho (privacidade x poder de direção) .....	1034
6.	Responsabilidade sobre o meio ambiente do trabalho .....	1038
7.	Acidente e doença do trabalho no labor à distância .....	1042
8.	Assédio moral no trabalho à distância. Teleassédio.....	1047
9.	Panorama geral atual .....	1049
10.	Conclusão .....	1050
11.	Bibliografia .....	1052
<b>53.</b>	<b>PETIÇÃO DE HERANÇA, RECONHECIMENTO DE PATERNIDADE POST MORTEM E TERMO INICIAL DO PRAZO PRESCRICIONAL .....</b>	<b>1057</b>
	<b>ALEXANDRE FREITAS CÂMARA</b>	
1.	Introdução.....	1057

2.	A jurisprudência da Terceira Turma do STJ sobre o tema .....	1058
3.	A jurisprudência da Quarta Turma do STJ sobre o tema .....	1061
4.	A jurisprudência do STF sobre o tema .....	1062
5.	O termo inicial do prazo prescricional do direito à petição de herança nos casos de reconhecimento de paternidade <i>post mortem</i> .....	1063
6.	Conclusão .....	1067
7.	Referências .....	1069
<b>54.</b>	<b>ULTRATIVIDADE DAS NORMAS COLETIVAS NO DIREITO DO TRABALHO</b> .....	<b>1071</b>
	MARIA ARIADNA DA ROCHA RIBEIRO DANTAS E EDUARDO SERRANO DA ROCHA	
	Referências .....	1083
<b>55.</b>	<b>MEIOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITO: DISPUTE BOARDS COMO FATOR DE PREVENÇÃO DA LITIGIOSIDADE EM CONTRATOS COMPLEXOS</b> .....	<b>1085</b>
	KARIM REGINA NASCIMENTO POSSATO E SAMANTHA RIBEIRO MEYER-PFLUG MARQUES	
	Introdução .....	1085
1.	Judicialização e os métodos alternativos de resolução de conflitos .....	1086
1.1.	A Conciliação .....	1089
1.2.	A Mediação .....	1090
1.3.	A Arbitragem .....	1091
2.	O <i>dispute board</i> como ferramenta voltada à prevenção e resolução de controvérsias em contratos complexos .....	1092
	Conclusão .....	1095
	Referências .....	1096
<b>56.</b>	<b>EFICIÊNCIA JUDICIÁRIA: A IMPORTÂNCIA DOS MEIOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NAS RELAÇÕES DE MERCADO</b> .....	<b>1099</b>
	JEFERSON SOUSA OLIVEIRA E MARCELO BENACCHIO	
	Considerações iniciais .....	1099
1.	A atividade econômica no mundo globalizado .....	1100
2.	Desenvolvimento econômico e a Constituição Federal .....	1104
3.	Meios alternativos de resolução de conflitos e as relações de mercado .....	1107
	Considerações finais .....	1111
	Referências .....	1111
<b>57.</b>	<b>A CONCILIAÇÃO ADMINISTRATIVA AMBIENTAL COMO MEDIDA PARA DIMINUIR CONFLITOS EM JUÍZO</b> .....	<b>1113</b>
	CURT TRENNEPOHL E TERENCE TRENNEPOHL	
1.	Introdução .....	1113
2.	Histórico das normas ambientais .....	1114

3. Infrações ambientais.....	1117
4. Conciliação administrativa.....	1118
5. Conclusões.....	1124
6. Referências.....	1125
<b>58. A AUDITORIA AMBIENTAL COMO MEIO ALTERNATIVO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS EM FACE DA ATUAÇÃO DAS EMPRESAS TRANSNACIONAIS NO BRASIL.....</b>	<b>1127</b>
CELSO ANTONIO PACHECO FIORILLO	
1. As empresas transnacionais e seu enquadramento jurídico em face do direito constitucional brasileiro.....	1128
2. Auditoria ambiental.....	1133
3. Auditoria ambiental no Brasil: a ordem econômica em face dos bens ambientais.....	1135
4. Auditorias florestais em proveito da defesa das florestas como bens ambientais.....	1136
4.1. Natureza jurídica das florestas e seu uso sustentável.....	1136
4.2. Gestão de florestas em face da Lei n. 11.284/2006 e a produção sustentável.....	1142
4.3. Produção sustentável no âmbito da Lei n. 11.284/2006 e a exigência de estudo prévio de impacto ambiental.....	1143
4.4. Auditorias florestais e seu conteúdo normativo.....	1144
Conclusão.....	1144
<b>59. INFLUÊNCIA DO CAPITALISMO REGULATÓRIO NA CONFORMAÇÃO DO COMPLIANCE PRIVADO.....</b>	<b>1147</b>
OSVALDO CAPELARI JUNIOR	
1. Introdução.....	1147
2. Capitalismo Regulatório e suas implicações para o Direito.....	1147
3. Diálogo das fontes e o estabelecimento de Institutos da <i>Common Law</i> .....	1153
4. <i>Compliance</i> .....	1158
5. Conclusão.....	1165
6. Referências.....	1165